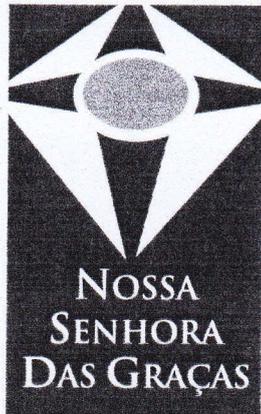


Handwritten signature and initials

CENTRO SOCIAL DE



Demonstrações Financeiras
Período de 2018

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
5. Activos Fixos Tangíveis.....	14
6. Inventários	15
7. Rédito.....	15
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	16
9. Benefícios dos empregados	16
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
11. Outras Informações	17
11.1. Investimentos Financeiros	17
11.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	17
11.3. Clientes e Utentes.....	17
11.4. Outras contas a receber.....	17
11.5. Outros ativos financeiros	17
11.6. Caixa e Depósitos Bancários	17
11.7. Fundos Patrimoniais	18
11.8. Fornecedores	18
11.9. Estado e Outros Entes Públicos	18
11.10. Outras Contas a Pagar.....	18
11.11. Fornecimentos e serviços externos	19
11.12. Outros rendimentos e ganhos	19
11.13. Outros gastos e perdas	19
11.14. Resultados Financeiros	19
11.15. Acontecimentos após data de Balanço.....	20

Balanço

Centro Social de Nossa Senhora das Graças

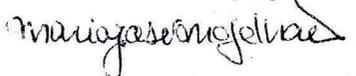
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

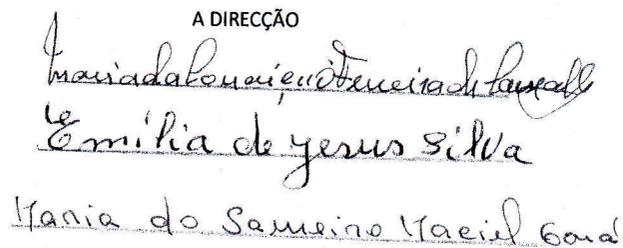
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	491.506,23	481.951,51
Investimentos financeiros	11.1	2.452,81	2.009,97
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		493.959,04	483.961,48
Ativo corrente			
Inventários	6	2.301,11	4.262,70
Clientes	11.3	3.894,91	1.003,25
Estado e outros Entes Públicos		20.452,26	6.750,34
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Créditos a receber	11.4	4.613,64	3.843,98
Diferimentos	11.5	2.262,76	687,57
Outros Ativos financeiros	11.5	30.000,00	30.000,00
Caixa e depósitos bancários	11.6	355.006,39	374.633,63
Subtotal		418.531,07	421.181,47
Total do Ativo		912.490,11	905.142,95
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos Próprios			
Fundos	11.7	11.964,17	11.964,17
Resultados transitados	11.7	(39.601,70)	(1.439,18)
Resultado Líquido do período		(7.822,68)	(38.162,52)
Total do capital próprio		(35.460,21)	(27.637,53)
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	18.572,98	8.071,98
Estado e outros Entes Públicos	11.9	7.113,10	7.839,27
Financiamentos obtidos	11.2	871.253,64	871.253,64
Outros passivos financeiros	11.10	51.010,60	45.615,59
Subtotal		947.950,32	932.780,48
Total do passivo		947.950,32	932.780,48
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		912.490,11	905.142,95

Sacavém, 29 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Centro Social de Nossa Senhora das Graças

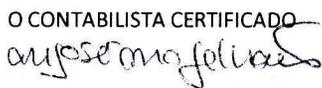
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	455.470,38	456.334,90
Subsídios, doações e legados à exploração	8	157.533,21	144.937,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(34.544,10)	(24.222,21)
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(215.991,96)	(192.894,18)
Gastos com o pessoal	9	(299.277,71)	(354.676,98)
Outros rendimentos e ganhos	11.12	8.511,49	8.722,48
Outros gastos e perdas	11.13	(3.028,00)	(2.030,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		68.673,31	36.171,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(85.889,29)	(81.728,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(17.215,98)	(45.556,65)
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14	9.393,30	7.394,13
Resultados antes de impostos		(7.822,68)	(38.162,52)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(7.822,68)	(38.162,52)

Sacavém, 29 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO


A DIRECÇÃO


 Maria da Conceição Ferreira de Barros
 Emília de Jesus Silva
 Maria do Sameiro Maria do Bonfim

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Centro Social de Nossa Senhora das Graças

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Unidade Monetária: Euros		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	11.964,17	-	-	(1.439,18)	-	-	-	-	-	(38.162,52)	(27.637,53)	-	(27.637,53)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7				(38.162,52)						38.162,52			
RESULTADO EXTENSIVO	8				(38.162,52)						38.162,52			
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9-7+8										(7.822,68)			(7.822,68)
Fundos														
Subsídios, doações e legados														
Outras operações											30.339,84			(7.822,68)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+9+10	11.964,17	-	-	(39.601,70)	-	-	-	-	-	30.339,84	(35.460,21)	-	(35.460,21)

Sacavém, 29 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

António Gonçalves

A DIRECÇÃO
 Maria da Conceição Fernandes da Silva
 Família de Jesus Silva
 Maria do Saneiro Taveil Correia

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018

Centro Social de Nossa Senhora das Graças

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	11.964,17			30.728,78				(32.167,96)	10.524,99		10.524,99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2				(32.167,96)				32.167,96			
RESULTADO EXTENSIVO	3				(32.167,96)				32.167,96			
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	5	11.964,17			(1.435,18)				(38.162,52)	(27.637,59)		(27.637,59)

Sacavém, 29 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

afonsojellios

A DIREÇÃO

Luísa da Conceição Ferreira da Silva
Emília do Yerus Silva
Mania do Sômine Taelil Goveal

Anexo

1. Identificação da Entidade

Denominação Social: Centro Social de Nossa Senhora das Graças

Natureza Jurídica: Fundação de Solidariedade Social

Objecto Social: Ação Social para pessoas idosas com alojamento – CAE: 85313

Sede: Quinta de S.João das Areias – Rua E - Sacavém

N.º de Identificação de Pessoa Colectiva: 503 826 910

Capital Social: 11.964,17€

Constituída em 1995

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e alterado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

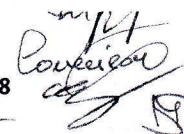
Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 11.10).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou



inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.



 MFM

 Condição

 cat / E

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	3-10
Outros Ativos fixos tangíveis	3-12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

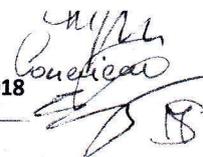
A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.



Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

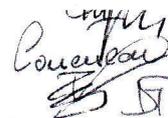
Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	1.277.412,88	80.681,92				1.358.094,80
Equipamento básico	251.890,25	2.361,15				254.251,40
Equipamento de transporte	18.637,98					18.637,98
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	26.681,41	4.964,37				31.645,78
Outros Ativos fixos tangíveis	136.757,64	7.436,57				144.194,21
Activos Fixos Tangíveis em Cours	-					-
Total	1.711.380,16	95.444,01	-	-	-	1.806.824,17
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	853.581,17	72.732,89				926.314,06
Equipamento básico	231.254,11	4.803,71				236.057,82
Equipamento de transporte	18.637,98	-				18.637,98
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	21.502,99	1.201,08				22.704,07
Outros Ativos fixos tangíveis	104.452,40	7.151,61				111.604,01
Total	1.229.428,65	85.889,29	-	-	-	1.315.317,94



 P. Oliveira

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	1.277.412,88					1.277.412,88
Equipamento básico	235.852,31	16.037,94				251.890,25
Equipamento de transporte	18.637,98					18.637,98
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	26.681,41					26.681,41
Outros Ativos fixos tangíveis	123.785,03	12.972,61				136.757,64
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.682.369,61	29.010,55	-	-	-	1.711.380,16
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	787.571,78	66.009,39				853.581,17
Equipamento básico	226.616,42	4.637,69				231.254,11
Equipamento de transporte	18.637,98	-				18.637,98
Equipamento biológico	-	-				-
Equipamento administrativo	23.935,99	1.035,60				24.971,59
Outros Ativos fixos tangíveis	90.937,95	10.045,85				100.983,80
Total	1.147.700,12	81.728,53	-	-	-	1.229.428,65

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	1.596,60	21.767,35	5.120,96	4.262,70	26.542,89	6.039,62	2.301,11
Total	1.596,60	21.767,35	5.120,96	4.262,70	26.542,89	6.039,62	2.301,11

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24.222,21		34.544,10
Variações nos inventários da produção	-		-

7. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	17.671,21	18.642,93
Prestação de Serviços	437.799,17	437.691,97
Prestação de Serviços	437.799,17	437.691,97
Total	455.470,38	456.334,90

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios ISS - Instituto Segurança Social	151.439,59	139.817,01
Doações	6.039,62	5.120,96
Total	157.479,21	144.937,97

As doações respeitam às entregas de alimentos por parte do Banco Alimentar contra a Fome.

9. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 29 e em 31/12/2018 foi de 25.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	246.916,54	294.215,51
Encargos sobre as Remunerações	50.164,15	60.368,25
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.009,82	-
Outros Gastos com o Pessoal	187,20	93,22
Total	299.277,71	354.676,98

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Fundo de Compensação	2.452,81	2.009,97
Total	2.452,81	2.009,97

11.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Empréstimos - PPFMNS	871.253,64	-	871.253,64	871.253,64	-	871.253,64
Total	871.253,64	-	871.253,64	871.253,64	-	871.253,64

11.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	3.894,91	1.003,25
Clientes	3.894,91	1.003,25
Total	3.894,91	1.003,25

11.4. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.475,65	3.500,77
Outros Devedores	1.137,99	343,21
Total	4.613,64	3.843,98

11.5. Outros ativos financeiros

Os 30.000 euros apresentados no balanço em 2018 respeitam a obrigações.

11.6. Caixa e Depósitos Bancários

Carla
Cordicau
B

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	22,05	405,39
Depósitos à ordem	158.584,34	24.834,63
Depósitos a prazo	196.400,00	349.393,61
Total	355.006,39	374.633,63

11.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundo	11.964,17			11.964,17
Resultados transitados	(1.439,18)		(38.162,62)	36.723,44
Total	10.524,99	-	(38.162,62)	(27.637,63)

11.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	18.572,98	8.071,98
Total	18.572,98	8.071,98

11.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	20.452,26	6.750,34
Total	20.452,26	6.750,34
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.297,75	1.288,25
Segurança Social	5.747,24	6.455,31
Outros Impostos e Taxas	68,11	95,71
Total	7.113,10	7.839,27

11.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		1.274,53		11,41
Fornecedores de Investimentos		9.875,01		
Credores por acréscimos de gastos		38.905,01		45.357,97
Outros credores		956,05		246,21
Total	-	51.010,60	-	45.615,59

11.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	85.224,97	73.665,33
Serviços especializados	61.117,75	51.514,26
Materiais	4.215,74	3.316,18
Energia e fluidos	45.877,67	47.180,88
Deslocações, estadas e transportes	134,35	899,75
Serviços diversos	19.421,48	16.317,78
Total	215.991,96	192.894,18

11.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	5.096,40	5.040,00
Outros rendimentos e ganhos	3.415,09	3.682,48
Total	8.511,49	8.722,48

11.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1.921,82	339,10
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Outros Gastos e Perdas	1.106,18	1.691,00
Total	3.028,00	2.030,10

11.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	9.393,30	7.394,13
Total	9.393,30	7.394,13
Resultados financeiros	9.393,30	7.394,13

11.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Sacavém, 29 de março de 2019

Jose Magalhães

*Maia da Encarnação Ferreira de Lencastre
Emília de Jesus Silva
Tania do Sacramento Gabriel Gonçalves*